

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA NACIONAL ESCOLA DE GESTORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

MARILU FRANCO DE ABREU E LIMA

EDUCAÇÃO NO/DO CAMPO

PORTO ALEGRE

2015

MARILU FRANCO DE ABREU E LIMA

EDUCAÇÃO NO/DO CAMPO

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gestão Escolar, do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica, apresentado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Programa de Pós Graduação em Educação, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientadora:

Profa. Dra. Regina Maria Duarte Scherer

PORTO ALEGRE

2015

RESUMO

O presente trabalho de conclusão teve como objetivo a implantação de uma pesquisa-ação em uma escola localizada na zona rural do município de Nova Santa Rita/RS em 2015. Após a constatação de que o trabalho desenvolvido não era direcionado, para esse tipo de escola, definiu-se como objetivo rever as práticas pedagógicas e o currículo aproximando-os da educação no/do campo. Para dar sustentação teórica para as reflexões decorrentes deste objetivo nos apoiamos em autores como: Azevedo e Mendonça (s.d), Caldart (2000), Cury (2002, 2005 e 2007), Franco (2005), Gandin (1999), Paro (2012) e Veiga (2009), dentre outros. A principal dúvida consistiu em “como devemos trabalhar em uma escola do campo”? No desenvolvimento do Projeto de Intervenção implantamos a gestão democrática na escola, formando os Conselhos Escolares, onde se praticou um trabalho, com objetivo de ampliar os conhecimentos sobre educação do campo, juntamente com uma efetiva democratização dos atos procedidos dentro na escola. As ações desenvolvidas buscaram empreender, de forma gradual e constante, as mudanças que visavam à qualificação do aprendizado dos educandos do campo, respeitando seus saberes e revendo as práticas pedagógicas. Embora as dificuldades em contar com a participação da família na escola, buscamos propiciar diferentes momentos de trocas e participação entre toda a comunidade escolar, aproximando-os da instituição escolar.

Palavras-chave: **Gestão Democrática. Direitos Humanos. Educação no/do Campo.**

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 05 |
| 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA..... | 09 |
| 3 FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA..... | 18 |
| 4 AÇÕES ANALISADAS..... | 22 |
| 5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES..... | 27 |
| REFERÊNCIAS..... | 30 |
| ANEXOS..... | 33 |
| ANEXO A – ATA DE FORMAÇÃO DOS PROFESSORES | 34 |
| ANEXO B – FOTOS | 36 |
| APÊNDICE..... | 40 |
| APÊNDICE A – QUESTIONÁRIOS PROJETO DE INTERVENÇÃO | 41 |

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão tem a pretensão de fazer um estudo mais detalhado sobre as práticas pedagógicas utilizadas na escola do campo em que estou diretora no momento, e verificar de que maneira os professores trabalham e qual o nível de conhecimento para atuarem nesse tipo de escola.

Ao iniciar na Escola de Gestores, era vice-diretora numa escola com mais de 600 alunos, onde tinha muitos problemas com a indisciplina, sendo este o foco do projeto de intervenção. Já estava em pleno desenvolvimento e articulação para organização do Projeto de Intervenção – PI com este coletivo de educadores, quando então ocorreu a troca de escola no mês de fevereiro de 2015.

Fui designada para a Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria Antônia, localizada no município de Nova Santa Rita, na zona rural, onde atualmente atende do Pré ao 5º ano, com classes multisseriadas.

Sua história teve início no ano de 1941, na antiga Fazenda dos Padres, sendo denominada Escola Unitária Maria Antônia, atendendo os filhos dos funcionários da fazenda. No ano de 1969 a Sociedade Antônio Vieira doa uma área destinada à construção da escola para a Prefeitura Municipal de Canoas, pois nesta ocasião a área onde está situada a escola pertencia a este município.

Após as adequações necessárias na Escola em 31 de maio de 1979 é novamente inaugurada e denominada Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria Antônia, atendendo a comunidades e arredores.

No final do ano de 1992, a Escola é desativada devido ao reduzido número de alunos. Mas graças à chegada do Assentamento Capela, a Escola reabre suas portas para a comunidade no ano de 1994, mantendo-se firme, na missão de semear o saber nas crianças do assentamento e proximidades até os dias atuais.

A Escola desenvolve atividades extraclasse como aula de reforço, Oficinas do Projeto Mais Educação, Projeto pais Educadores (toda a rede municipal), Projeto dia da Família na Escola, Sacolinha da leitura, entre outros tentando timidamente, ressaltar a importância do trabalho do campo. Porém, através da pesquisa-ação, vimos a necessidade de rever o currículo, pois em poucos momentos se faz a ligação da escola, com a vida das crianças do assentamento, devendo ser de forma

mais efetiva, para que este traga situações relativas ao campo para dentro da sala de aula.

A Escola conta atualmente com duas professoras de 40 horas, uma professora de educação física que trabalha uma vez por semana, uma supervisora que está dois dias na escola e a diretora. Alguns alunos são filhos de cooperativados e outros dos arredores, sendo que atualmente conta com um total de 45 alunos, e sua maioria faz uso do transporte escolar oferecido pelo município.

A Escola conta com o Círculo de Pais e Mestres, neste ano de 2015 foi implantado o Conselho Escolar, e aguarda a realização da eleição de diretor como complemento da gestão democrática.

As professoras residem na cidade de Canoas e estão nessa Escola por opção, inclusive uma das professoras já tinha trabalhado como orientadora nesta escola anos atrás. Um dos motivos para optarem por trabalhar nesta escola é o pequeno número de alunos, ou seja, possibilita com que elas consigam desenvolver um trabalho mais tranquilo, não tendo tantas exigências e demandas que uma escola com mais alunos apresenta. Sobre a formação, todos os docentes possuem curso superior. No entanto, o processo de formação continuada ofertado pela mantenedora, não inclui regularmente formação específica para os profissionais que atuam nas escolas que se caracterizam como escolas do campo, e isso repercute no trabalho pedagógico. Atualmente a supervisora está cursando graduação em Licenciatura do Campo - Ciências da Natureza, na UFRGS, fato esse que traz mais fortemente a necessidade de rever o modelo pedagógico, curricular que vem sendo trabalhado na Escola.

O PPP foi reformulado no ano de 2013, mas não traz especificamente na abordagem sobre currículo e metodologias, apontamentos com as concepções que respeitem as especificidades da educação no campo. Então, o trabalho foi focado na reestruturação do PPP, implantando uma proposta pedagógica de acordo com a realidade do meio rural e na formação continuada dos profissionais da escola.

Devido ao fato da escola ser pequena e contar com um pequeno grupo de profissionais, se tornou mais fácil o debate entre nós a respeito do Projeto de Intervenção. Trocamos ideias em vários momentos, onde todas nós achamos compartilhamos o entendimento de que se pode fazer diferente, um trabalho direcionado com ênfase para a realidade das crianças do campo. Mas, apesar de ter horário de reunião, as demandas da mantenedora limitaram o tempo para

discutirmos as questões do Projeto de Intervenção, o que nos levou a buscar alternativas para mantermos o diálogo sobre este tema. Criamos momentos dentro do nosso horário de trabalho, para conhecermos o que vem a ser educação do campo, haja vista que os estudos são bem recentes e a própria Secretaria de Educação não propicia aos educadores esse conhecimento.

O desejo foi o de fazer um caminho de descobertas, para que o currículo fosse estudado e estruturado, adequando-se à realidade da escola. A dúvida era se *ele deveria ser igual ou diferente das escolas urbanas?* Nós educadores, *devemos ter formação específica para trabalharmos nesta escola?* Reflexões necessárias, para sabermos de como podemos, a partir de agora, mudar o modo do trabalho docente.

Sendo a escola, **“uma escola do campo”**, se faz necessário que tenha profissionais conhecedores de metodologias específicas, normativas, enfim tudo que se refere ao meio rural, para que se possa ter um ensino de qualidade, proporcionado a afirmação da identidade da escola.

Faz-se necessário, o incentivo a valorização da escola do campo, a insistência para que os educandos saibam reconhecer a importância da educação como meio de crescimento.

O Referencial teórico escolhido, e abordado no capítulo 2 nesse trabalho, passa por Cury (2002), que acentuou o entendimento sobre o direito à educação; Paro (2012) que me situou de maneira clara sobre a prática educacional democrática; Gandin (1999), que contribuiu para o entendimento sobre a importância da construção do PPP, e planejamento. Também fiz uso de alguns cadernos do MST (1996) e de Caldart (2001), bibliografia específica sobre educação do campo, que se fez necessário para poder conhecer a problemática dessa educação e poder iniciar o debate sobre a mudança curricular da Escola, levando em conta a trajetória do homem do campo.

A metodologia utilizada foi a Pesquisa-ação, exposta no capítulo 3, e ela é tratada na perspectiva apontada por Franco (2005) que orientou a organização e o desenvolvimentos das ações implementadas a partir do Projeto de Intervenção.

A análise das ações desenvolvidas é apresentada no capítulo 4, onde faço uma análise das mesmas, relacionando o que foi realizado com o referencial teórico que embasou este trabalho. Foram realizadas reuniões com professores e pais, tendo sido aplicado um questionário nestes mesmos segmentos.

Finalizo o meu trabalho de conclusão, no capítulo 5 com algumas considerações onde trago ponderações sobre o tema desenvolvido, assim como os efeitos que este curso propiciou na minha ação como gestora e na minha formação pessoal como professora de escola pública situada na zona rural.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para realização desse trabalho, fez-se uso de vários autores, que nos foram apresentados sobre os temas que serão discorridos a seguir, onde pude realizar um minucioso estudo e apreciação sobre os temas da Gestão Democrática, o Direito à Educação, Projeto Político pedagógico e a Educação do/no Campo, dentre outros.

A Gestão Democrática não é um assunto que tenha entrado no debate educacional recentemente. O mesmo integra a legislação brasileira desde 1988, quando da promulgação da Constituição Federal. Posteriormente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN em 1996 foi definido que cada ente federado, no âmbito do respectivo sistema de ensino, definisse suas normas para a gestão democrática. Mas, estes sistemas constantemente passam por mudanças e debates, principalmente em aspectos relacionados a este tema, seja nas discussões sobre o processo de eleição de diretores ou da organização dos Conselhos Escolares, como também em relação aos espaços de participação dos diferentes segmentos da comunidade escolar. A Escola nesse contexto é frequentemente desafiada a construir novos caminhos.

O sistema educacional municipal ao qual pertenço, vem passando por várias mudanças. Foi somente no ano de 2014 que foi normatizada a gestão democrática, por meio da Lei nº 1203/14, de 22 de agosto, para as escolas da rede municipal. Mais recentemente, no primeiro semestre de 2015, foi realizada a eleição dos Conselhos Escolares. Este ano ainda deverá ocorrer a eleição para diretores, para que se consolide a gestão democrática em nosso município.

A Gestão democrática passa também pela forma de gerir uma instituição escolar, de maneira que haja transparência, que ocorra a participação e a tomada de decisões de forma coletiva. A expectativa é que, a partir do processo de eleição dos diretores, estes gestores escolares sejam mobilizadores da participação nas discussões que envolvem todas as mudanças decorrentes da gestão democrática. Que a atuação deles se dê de forma conjunta com todos os segmentos escolares e, principalmente, articulada com as instâncias colegiadas.

Nesse novo contexto de gestão, precisa-se ter uma visão crítica da relação democrática entre os colegiados. O gestor deve possuir habilidades e capacidade para fazer diagnósticos, propondo soluções e detectando de forma clara as causas

dos conflitos, junto com toda a equipe, tendo competência na resolução, proporcionando um maior aproveitamento, possibilitando assim, ganhos para a comunidade escolar.

Para que a Escola seja um espaço democrático de verdade, deverá ocorrer a mobilização de todos os segmentos. É preciso que haja a participação de todos os envolvidos, através do comprometimento dos pais, educandos, educadores e também de instâncias colegiadas como, por exemplo, o CPM, pois só assim poderá haver ganhos significativos para a escola como um todo.

Quando pensamos na escola como ambiente autônomo, nos deparamos com os empecilhos burocráticos que fazem parte de uma administração escolar. Sendo a Escola um agente transformador do indivíduo, devemos propor a todas as partes envolvidas, que saibam reconhecer até onde a escola poderá exercer a sua autonomia.

Desde a criação da gestão democrática, na década de 90, acreditou-se que os problemas administrativos e pedagógicos seriam resolvidos, pois com a participação coletiva, seria mais fácil solucionar os problemas existentes, mas o que se vê ainda hoje é a tentativa de se fazer democracia no ambiente escolar. Segundo Cury (2005) a participação na gestão é, pois, o sinal maior da democracia, termo tão utilizado nas últimas décadas e tão pouco compreendido, sendo efetivada quando compartilhada com todas as instâncias. Não bastam somente eleições para se eleger diretores, para formar um ambiente democrático. Democracia é a participação de todos e na escola se torna muito difícil, pois todos os que dela participam como professores, funcionários, comunidade, não conseguem dispor de tempo suficiente para que possam trocar ideias, discuti-las e estabelecer relações de troca de saberes. Algumas pessoas acreditam que agir democraticamente é muito trabalhoso, então se elegem diretores, com o propósito de praticar a democracia, só que estes não estão habilitados para gerir, ou administrar democraticamente o seu espaço escolar, pois ainda estão vivendo o tempo em que o diretor por ser indicado, monopolizava todas as decisões.

Trabalhar para que todos os segmentos da escola sintam-se acolhidos quando convidados a participar, é um desafio para os gestores escolares. Sem dúvida, como bem colocam Azevedo e Mendonça (s.d., p.2) “A construção de uma escola pública mais democrática passa pela via da participação das famílias, das crianças, professoras, comunidade, gestão.”

Com tudo, esta não é uma tarefa fácil, principalmente em relação ao segmento dos pais. Eles ainda estão descrentes em relação à gestão democrática, acham que é meramente ilusório, que a escola continua sendo dirigida somente pelo diretor, e fazendo somente o que interessa aos representantes governamentais. Para que se alcance a participação, é preciso mudar a prática que envolve a participação dos pais, e que, ao instituir este processo se que tenha presente às recomendações feitas por Azevedo e Mendonça (s.d.), quando eles afirmam que:

[...] participar também deve constituir-se como processo pedagógico, na medida em que a sua prática vai ensinando os sujeito diversas lições, tais quais ouvir, esforçar-se para se fazer ouvir, esforçar-se para fazer-se compreender, acolher a ideia do outro como legítima, defender uma posição, ganhar, perder. (AZEVEDO; MENDONÇA, s.d., p.5)

A escola esta inserida em uma sociedade, e é esperado que aqueles que integrem a comunidade escolar levem para o seu interior as contradições desta sociedade. As relações entre os diferentes segmentos, com as divergências de opinião e posição, também reflete estas contradições. Considerando que a participação é condição para a efetivação no interior da escola da gestão democrática, é preciso que sejam seguidas as recomendações feitas por Galina e Carbello (s.d.) quando estas autoras afirmam que é somente mediante a oferta de condições concretas que a participação se efetiva. A existência de instâncias colegiadas como os conselhos escolares, por exemplo, pode contribuir para que a participação se concretize no âmbito da escola. Além disso, a presença de organizações por segmentos, como o Círculo de Pais e Mestres – CPM, também pode contribuir para criação da dinâmica de participação na comunidade onde a escola esta inserida.

Outro aspecto que precisa ser destacado é quanto ao direito à educação, afirmado na Constituição Federal de 1988. Cabe salientar que tal direito é colocado também como dever do Estado e da família. Mesmo estando definido como um direito para todos, na prática, frente às desigualdades econômicas e sociais, parte da população não tinha nem a garantia ao acesso à escola, situação enfrentada pela população integrante de assentamentos ligados ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST.

A Constituição de 1988, já trouxe a preocupação em promover a educação em direitos humanos, tendo uma grande abertura, para que possibilitasse a instalação e inclusão de vários temas sociais, brindando todos os tipos de

diversidades. A partir de 1990, vem se firmando as ideias de promover iniciativas que visam a reconhecer os direitos individuais e coletivos dos vários grupos sociais. Já temos algumas políticas públicas que favorecem a diversidade, como a inclusão nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Básico (1995) do tema transversal “pluralidade cultural”. Os órgãos públicos têm se mostrado parceiros em promover debates que propiciem à sociedade o reconhecimento das perspectivas das igualdades e das diferenças.

As Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, elaboradas pelo Conselho Nacional de Educação em 2012, nos trazem vários princípios que abordam claramente esses direitos. Dentre eles destacamos o reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades. Tal distinção se faz necessária, pois precisamos ser parceiros para construirmos juntos, uma educação que consiga contemplar toda forma de expressão e de jeito de viver. Todos possuem o direito a serem e pensarem com liberdade, sem qualquer tipo de preconceito e de pressão da sociedade.

A concepção de escola do campo nasce e se desenvolve no bojo do movimento da **Educação do Campo**, a partir das experiências humanas desenvolvidas no contexto de lutas dos movimentos sociais camponeses, por terra e educação. Trata-se, portanto, de uma concepção que emerge das contradições **da e na luta social** e das práticas de educação dos trabalhadores **no e do campo**.

A identidade das escolas do campo é definida na resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002, que institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, onde no parágrafo único do artigo 2º, traz que esta se dá “[...] pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes.” (BRASIL, 2002).

Acredita-se que, numa escola do campo, podemos e devemos trabalhar coletivamente, para ensinar os alunos a ter uma visão mais ampla. Mostrar os caminhos para que os alunos dividam suas dúvidas e multipliquem seus aprendizados escolares, dividindo com seu coletivo e se organizando para poderem ser sujeitos ativos nas tomadas de decisões.

A escola deve estar a serviço de um projeto educacional emancipatório. Ter uma escola no campo não significa que a educação seja do campo, pois apesar da nova LDBEN legitimar a educação do campo, o que ainda se vê são escolas do campo ainda trabalhando longe de sua finalidade, que é ofertar uma educação

escolar específica associada à produção da vida, ou conhecimento e da cultura do campo e desenvolver ações coletivas com a comunidade escolar, qualificando o processo ensino- aprendizagem.

O desafio da educação do campo é trabalhar com conteúdos, considerando as relações vividas pelos povos do campo, como sujeitos da história e suas lutas. É aí que entra a reformulação do currículo para estas escolas, não podendo ser igual ao currículo de uma escola urbana.

A educação reproduz a ideologia da sociedade e a escola, precisa trabalhar de acordo com seu meio, para formar cidadãos críticos, que consigam refletir e agir, capazes de intervir na sociedade, que sua formação seja para enfrentar as contradições sociais existentes. Então se acredita que trabalhar a educação do campo é trabalhar claramente com as necessidades e vivências deste povo, que com o passar dos anos, estando em luta por uma educação diferenciada e de qualidade, que aproveitem os seus saberes na construção de novas perspectivas.

Com base nisso, está se pensando uma escola do campo que leve em consideração plenamente a vida dos grupos e sujeitos, que estão lá não só para produzir, mas para referenciar seu espaço, como espaço não só de luta, mas de produção de conhecimentos, que deve ser trabalhado em todos os seus campos, para que aqueles que lá residam, tenham orgulho de estar lá, e sintam-se parte do processo de crescimento cultural.

Para que a educação no campo ocorra de maneira produtiva precisa-se entender a vida e a luta do homem para permanecer no campo, com direito a uma educação condizente com suas necessidades. Passaram-se mais ou menos 20 anos que foram proporcionadas discussões mais eficazes sobre o homem do campo e seu direito de ter uma educação de acordo com suas necessidades.

A pedagogia educacional expressa nos documentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST assentasse na pedagogia de Paulo Freire e, a análise feita por Oliveira (2008, p. 392), indica que nesta concepção:

[...] há uma supervalorização do ensinamento de saberes populares sem que se coloque a mesma importância para o ensino de conhecimentos científicos. Este ideário parte do pressuposto existencialista de que o mundo resume-se ao sentido que cada indivíduo dá a ele, sendo, portanto, função do saber construído, ou melhor, comensurado por seus interlocutores, dado que por não existir, nesta concepção, uma verdade objetiva. Tudo passa a ser aceito como verdadeiro, desde que haja consenso. (OLIVEIRA, 2008. p.391)

Assim, é possível inferir que para os integrantes do MST, passa a ser tido como verdade: conhecimentos, habilidades, sentimentos, valores, modo de ser e de produzir, de se relacionar com a terra e formas de compartilhar a vida. Por isso, os estudiosos sobre educação do campo defendem que “[...] a educação desses diferentes grupos tem especificidades que devem ser respeitadas e incorporadas nas políticas públicas e nos projetos pedagógicos.” (BRASIL, 2004, p. 17)

Assume-se assim, a defesa de uma educação que se constrói a partir da realidade e, segundo os documentos com as propostas do MST, se dá porque “[...] a gente foi vendo que queria era uma proposta de educação que não trouxesse as coisas prontas para a criança, e sim que ela construísse a sua própria educação, e que fosse participativa para a escola e os pais.” (MST, 2005, p. 17)

O que se observa é que o movimento por uma educação do campo, tem entendido que a escola não deve somente ser apontada por um conhecimento objetivo da realidade, mas pelos saberes de cada indivíduo da sociedade, sendo que todo sujeito, não importando seu meio, traz consigo conhecimentos que sempre deverão ser aproveitados.

De acordo com os apontamentos feitos pelo MST e publicados em diferentes cadernos, a crise por que passa o meio rural provém de uma educação voltada para o meio urbano. Para minimizar este problema, somente levando em conta à realidade do campo.

A presença dos movimentos sociais do campo na discussão sobre a educação, no entanto, é fundamental e, de acordo com Caldart (2001), o MST vem ajudando a recolocar a questão da educação como:

[...] uma das matrizes pedagógicas fundamentais da reflexão de um projeto educativo que se contraponha aos processos de exclusão social, e que ajude a reconstruir a perspectiva histórica e a utopia coletiva de uma nova sociedade com justiça social e trabalho para todos (CALDART, 2001, p. 209).

Então não podemos de forma alguma deixar de lado a contribuição que o MST, traz para a Educação, em vários de seus documentos, tem procurado afirmar a importância da educação para a formação humana. É preciso reconhecer que a educação vem sendo objeto de discussão dentro do MST, e que em diferentes documentos eles vêm ressaltando a necessidade de estudos sobre o tema, o que torna suas contribuições relevantes.

Pensando nisso, é que o Projeto Político Pedagógico das escolas deve ser construído coletivamente, de acordo com as especificidades da comunidade, para que seja legítimo de uma gestão democrática, transparente e com a participação de todas as instâncias colegiadas. O PPP é o documento que sinaliza os rumos que a escola deve tomar e a sua elaboração deve contar principalmente com a participação dos educadores, mas sem abrir mão das contribuições dos demais segmentos. Cabe lembrar, que a escola deve ser um lugar de diálogo e aprendizagem para todos que dela fazem parte. É dentro da construção do projeto que todos podem expressar seus desejos em todos os âmbitos da educação. Veiga (2013), nos lembra que o processo de organização da escola acontece escola se dentro para fora, isto é, no ambiente escolar que todos os envolvidos no processo educativo devem se organizar, para produzirem uma educação de qualidade e a contento das necessidades sociais da atualidade.

Acredito que, principalmente os educandos, deveriam ter mais participação na construção do PPP, pois se participarem efetivamente saberão a real importância deste documento para a escola. Segundo Veiga (2013, p.163), "[...] elaborar o projeto político-pedagógico, passa pela relativa autonomia da escola, [...]. Isso significa conceber a escola como espaço público, como lugar de debate, do diálogo fortalecido na reflexão coletiva." Infelizmente, o que vemos ainda hoje é uma falsa participação, constatando-se uma grande distância entre a teoria e a prática. Quando se fala em participação de todos, é aquela em que realmente todos, além de serem convidados a se integrarem ao debate, tenham assegurado o seu espaço de contribuição nas discussões, com ideias e opiniões, enfim que a participação seja real e efetiva.

O currículo para as escolas do campo deve ser sim diferenciado. Não podemos tratar a educação do campo igual à educação da zona urbana, pois no campo existe toda uma luta de permanência e modo diferenciado de se pensar a educação. Nesta perspectiva, uma educação voltada para a realidade do meio rural é aquela que ajuda a solucionar os problemas que vão surgindo no dia-a-dia, que forma sujeitos construtores de alternativas de permanência no campo, e de melhor qualidade de vida para esta população.

Considerar a democracia um princípio pedagógico, significa dizer que, segundo a proposta de educação do MST, não basta os educandos estudarem ou discutirem sobre ela, precisam também e principalmente, vivenciar um espaço de

participação democrática, educando-se pela e para a democracia social (MST, 1999). Prima por alterar a lógica de poder existente na escola clássica e horizontalizar as relações entre educandos (as) e educadores (as).

A auto-organização é uma das dimensões da Gestão Democrática. Significa oportunizar na escola, tempo e espaço autônomos para que se encontrem e discutam questões próprias, tomem decisões, incluindo aquelas necessárias para participação verdadeira no coletivo maior da gestão da escola. Estes espaços de organização, política da escola têm que ser visto como possibilidades formativas dos educandos (as), gerando desenvolvimento e auto-organização permitindo o exercício da autonomia. Sendo que a educação não se dá só no ambiente escolar, ela é construída em todos os momentos e lugares.

As discussões para elaboração do PPP de uma escola, tem vinculação com a participação e o modo como se dá a gestão democrática, mas elas também precisam considerar o que Veiga (2009) nos alerta:

[...] o projeto político-pedagógico exige uma reflexão acerca da concepção de educação e sua relação com a sociedade e a escola, o que não deixa de lado uma reflexão sobre o homem a ser formado, as questões vinculadas à cidadania, ao trabalho e à consciência crítica. (VEIGA, 2009, p.164)

Na elaboração do PPP, o gestor que busca administrar democraticamente deve se preparar para os desafios e responsabilidades envolvidas nesta tarefa. O papel do gestor é fundamental, pois para que se possa vivenciar a cidadania como forma de crescimento humano, valorizando todos os saberes e, principalmente para que a comunidade escolar sinta-se de fato integrante do processo como um todo, a sua atuação como mediador das relações, torna-se indispensável.

Chega a ser utópico, acreditar que todos os segmentos da educação consigam trabalhar conjuntamente em prol do processo educacional, tornando-se transparente e comprometido com o ensino-aprendizagem e o polimento do cidadão, para que se tenha justiça social, uma educação pensada por todos e para todos.

Nesta perspectiva acredita-se que é através de um Projeto Político e Pedagógico – PPP, feito por todos, onde se pense não somente na transmissão de conhecimentos, mas nas relações que vivenciamos no dia a dia dentro das escolas, é que podemos acreditar que é possível termos uma educação de qualidade, no momento que, soubermos onde queremos chegar, o que deve ser mais cuidado no processo educacional. De acordo com Gandin (1999) o Planejamento Participativo é

a ferramenta mais eficaz na construção de ideais coletivos em escolas. Certamente é através da participação de todos os envolvidos no processo educativo, que poderemos ter uma escola que prime pela qualidade em todos os níveis de escolaridade.

Podemos realizar um planejamento participativo, que faça com que pais, professores, funcionários e alunos, enfim a comunidade escolar, tenha interesse em fazer parte do aprendizagem, acredito que numa gestão democrática a participação e autonomia devem caminhar juntas, para tão almejada ação democrática da escola.

3 FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA

A metodologia utilizada no contexto do Projeto de Intervenção - PI desenvolvido é a pesquisa-ação na perspectiva de que esta metodologia visa produzir mudanças para melhor, assegurando a participação dos envolvidos, produzindo alguma mudança significativa. Esta concepção está embasada na proposição apresentada por Franco (2005, p. 486) que afirma “A pesquisa-ação crítica considera a voz do sujeito, sua perspectiva, seu sentido, mas não apenas para registro e posterior interpretação do pesquisador: a voz do sujeito fará parte da tessitura da metodologia da investigação.”

Assim como, ponto de partida para a pesquisa foi fazer alguns questionamentos ao conjunto de educadores com o objetivo de promover reflexões e definir qual seria o foco do PI, ao começarmos por discutir a realidade de nossa escola, chegamos a um consenso de que realmente precisávamos conhecer melhor sobre o que vem a ser uma escola do campo. Percebemos que para isto, faltava-nos mais conhecimento.

Frente às particularidades da escola, onde se destacam o número pequeno de turmas e a localização fora da zona urbana em um assentamento, um dos pontos que precisava de reflexão era justamente o modo como o trabalho docente considerava estas peculiaridades. Um dos primeiros aspectos levantados foi sobre a possibilidade de organização do trabalho pedagógico que partisse desta realidade e relacionasse esta vida no campo com o mundo urbano. Esta constatação nos aproximou da seguinte síntese apresentada por Richardson (s.d, s.p), quando ao tratar sobre contribuições de outros pesquisadores sobre a pesquisa ação, afirmou que “[...] fazer pesquisa-ação significa planejar, observar, agir e refletir de maneira mais consciente, mais sistemática e mais rigorosa o que fizemos na nossa experiência diária.”

O mesmo autor, a partir destas colocações aponta para alguns objetivos da pesquisa-ação compreendida como aquela pesquisa que busca mudanças, para melhorar as práticas do próprio coletivo que pesquisa e, portanto, está envolvido com o processo em curso, o que poderá gerar como consequência o compromisso com estas mudanças.

A pesquisa-ação iniciou com o diagnóstico, que foi feito por nós, na primeira conversa, onde nos perguntamos: “o que vem a ser uma escola do campo”? Percebemos que não sabíamos realmente o que é uma escola do campo. Então recorremos à pesquisa bibliográfica, para poder definir a escola em que estamos trabalhando. Descobrimos que essas escolas, possuem as suas peculiaridades e por isso temos que fazer aulas direcionadas para esses educandos, para que se consiga aplicar métodos que propiciem um maior aprendizado aos alunos. Confiando nisso, ao promovermos a pesquisa-ação, conseguimos ganhar mais espaços para desenvolver realmente uma educação, levando em conta a realidade do campo. Maneiras novas de trabalhar, objetivando o alcance de maior interesse por parte dos educandos.

O debate inicial provocou uma reflexão sobre a realidade, e este pensar sobre o cotidiano pode reorientar para a prática desenvolvida, o que está próximo das orientações apresentadas por Franco (2005, p.490) quando ela coloca que “[...] a pesquisa-ação assume uma postura diferenciada diante do conhecimento, uma vez que busca, ao mesmo tempo, conhecer e intervir na realidade que pesquisa.”

Juntamente com essas reflexões sobre a educação do campo, foi feita a escolha do Conselho Escolar, uma das formas de efetivar a gestão democrática, e que tomou bastante tempo, pois foi necessário o espaço para a divulgação de todo o processo. Foram usados vários métodos de correspondência para os pais, história em quadrinhos, bilhetinhos diários, com recadinhos e reuniões para explicar de como iria funcionar a escola dentro de uma organização de gestão democrática.

Tornou-se bastante trabalhoso. Foram feitos vários convites às famílias para participarem. Poucos pais se propuseram a fazer parte do Conselho. São sempre os mesmos a participarem das reuniões e atividades. Porém, foi dado início à gestão democrática, e agora ficará mais fácil realizar as mudanças no currículo, pois no conselho há representação de todos os segmentos. Este processo dialógico que precisa ser construído no Conselho Escolar situa-se no que Franco (2005) denomina de ação interativa, sendo que:

Essa ação não pretende garantir a eficiência a qualquer custo, não é individualista, não persegue o êxito, mas, ao contrário, é uma ação dialógica, vitalista, que emerge do mundo vivido. Essa ação nasce da situação e lhe oferece saídas. É comunitária, busca o entendimento, persegue a negociação, o acordo; busca o consenso; (FRANCO, 2005, p.492)

Educação do Campo é toda ação desenvolvida junto aos povos do campo. Historicamente não temos uma tradição nem a formação de políticas públicas, nem no pensamento e tampouco na prática de formação de profissionais da educação que focalize a educação do campo e a formação de educadores do campo como preocupação legítima.

Nosso sistema educacional é urbano, pois são poucas as escolas localizadas fora deste contexto. Há uma idealização da cidade como espaço de convívio e socialização, acreditando que o campo seja lugar de atraso, e muitas vezes esquecido pelos governantes.

Os movimentos sociais, que surgiram com a problemática de se ter um olhar diferente para o homem do campo, possibilita uma educação que impulse o educando a buscar novos conhecimentos fora da escola, mas não esquecendo suas origens, preparando-se para aplicar seus aprendizados na sua comunidade.

Nas últimas décadas, essa meta vem se expandindo para demarcar, o papel dos sujeitos e a importância da educação para o desenvolvimento do campo, sendo que as especificidades da vida camponesa, não tem na educação urbana a abertura para dialogar sobre sua identidade.

Os poucos espaços da reunião, muitas vezes são ocupados por temas e assuntos vindos da secretaria. Tal situação não impede que os educadores façam uso de pequenos espaços e até mesmo do horário do almoço, para dialogarem sobre as angústias, para trocas sobre o trabalho realizado com os alunos e suas aprendizagens. São muitas as indagações: se estamos respeitando seus saberes, se estamos sendo sensíveis aos problemas do homem do campo... Isso tudo, vem fazer com que nos conscientizemos sobre como os educadores devem *contribuir para fazer a educação do campo*. Eles devem, sim, ter um olhar diferente, e disponibilidade para saber reconhecer este sujeito como fazendo parte de uma coletividade que vem fazer a diferença na estrutura organizacional do meio rural.

Além destes momentos informais, foi preciso pensar um modo de registro sobre as reflexões dos professores sobre a educação do campo e assim foi proposto um questionário. Este instrumento permitiu perceber que as educadoras sentiam a necessidade de pensar sobre o currículo e o modo como ele é trabalhado na escola. As preocupações indicaram que o currículo para uma escola como a nossa, deve valorizar o homem do campo, abordando conteúdos que lapidem o conhecimento que os alunos trazem das suas experiências de vida e partindo da realidade destes.

Ao provocar esta reflexão no segmento dos professores é possível perceber na prática uma aproximação com o que Franco (2005) afirma:

É também por isso que tal metodologia assume o caráter emancipatório, pois mediante a participação consciente, os sujeitos da pesquisa passam a ter oportunidade de se libertar de mitos e preconceitos que organizam suas defesas à mudança e reorganizam a sua auto concepção de sujeitos históricos. (FRANCO, 2005, p.486)

Neste processo de reflexão sobre a prática, foi observada a necessidade de qualificar a formação continuada, abordando especificamente as questões relativas às práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores. Esta preocupação vem aproximar do que coloca Tripp (2005) quando este afirma que:

O processo começa com reflexão sobre a prática comum a fim de identificar o que melhorar. A reflexão também é essencial para o planejamento eficaz, implementação e monitoramento, e o ciclo termina com uma reflexão sobre o que sucedeu. (TRIPP, 2005, p.454)

Iniciamos um trabalho que de forma alguma estará acabado. Nesse espaço de tempo, terá que ser continuado com muito afincamento e determinação para que consigamos colher bons frutos, o que contempla a descrição feita por Tripp (2005, p.446) dos ciclos da Pesquisa-ação: “Planeja-se, implementa-se, descreve-se e avalia-se uma mudança para a melhora de sua prática, aprendendo mais, no correr do processo, tanto a respeito da prática quanto da própria investigação.”

A participação de todos os envolvidos neste processo de reformulação por meio da efetivação de um Projeto de Intervenção, cuja metodologia escolhida é a pesquisa-ação, também é um requisito necessário, e está vinculada a gestão democrática. É pelo efetivo exercício deste princípio que será possível abarcar todos os sujeitos em uma ação de educação coletiva, que qualifique a prática pedagógica e possibilite que todos sejam sujeitos participantes da vida em sociedade.

A pesquisa-ação está claramente comprometida com grandes aprendizagens, pois relaciona as descobertas feitas com o desejo de fazer diferente, de fazer algo que possa efetivamente ser aproveitado pela coletividade que se envolveu na pesquisa-ação.

4 AÇÕES ANALISADAS

A partir do Projeto de Intervenção proposto, foram planejadas diferentes ações e organizado um cronograma para executá-las. Estas ações passam a ser analisadas nesta seção a partir do referencial teórico escolhido.

No primeiro momento, ocorrido em fevereiro de 2015, quando assumi a direção desta escola, notei a necessidade de avaliar o tema que até então pensava desenvolver, visto que o mesmo não se aplicava a realidade da escola que eu estava assumindo. Foi então que vi a necessidade de fazer uma grande investida com as colegas e promover reflexões e a análise da situação da escola. Ficou claro em nossas conversas, o pouco conhecimento que tínhamos sobre uma escola do campo, assim surgiu à necessidade de buscarmos um conhecimento específico, sobre como poderíamos trabalhar de maneira mais produtiva na escola do campo. Percebemos que vínhamos trabalhando de maneira igual a qualquer outra escola, ou seja, escola da zona urbana. No campo se tem outra realidade, outro entendimento por parte das famílias e dos próprios educandos. Aproveitando um momento de reunião no final de fevereiro de 2015, foi apresentada a proposição de desenvolver o PI tendo como foco a prática pedagógica em uma escola do campo.

As educadoras da escola ficaram um pouco temerosas com a proposta, pois precisariam rever suas práticas pedagógicas e dispor de tempo para iniciar alguns estudos. Levando em conta que iríamos trabalhar com a pesquisa-ação, fiz uma fala direcionada a importância de termos uma participação efetiva e que nosso tempo seria utilizado de maneira a dar início a um processo que fosse pautado por tomadas de decisão de forma democrática, a partir do diálogo. Cury (2005) nos diz que:

A gestão implica um ou mais interlocutores com os quais se dialoga pela arte de interrogar e pela paciência de buscar respostas que possam auxiliar no governo da educação segundo a justiça. Nesta perspectiva a gestão implica o diálogo como forma superior de encontro das pessoas e solução de conflitos. (Cury, 2005, p.14).

Avaliando este momento, foi possível verificar a partir destas primeiras discussões, que há um distanciamento entre as expectativas da comunidade escolar, cuja comunidade é oriunda do Movimento dos Trabalhadores sem Terra - MST e aquilo que os professores desenvolvem como trabalho pedagógico, pois este seria muito vinculado às experiências dos professores em escolas urbanas. Além

disto, o desconhecimento ou a divergência com a forma de atuação do MST causam algumas resistências dos professores em relação ao estudo deste tema.

Esta constatação fez com que em março fossemos em busca de bibliografias sobre a educação no/do campo, e que tratassem de como faríamos para aproveitar melhor os saberes das crianças e das famílias para que pudessemos, de forma mais clara ter um aprendizado mais qualificado. Também se sentiu a necessidade de realizar um levantamento que apontasse para as expectativas em relação ao modo com a escola trabalha o conhecimento.

Partindo dessa premissa em 06 de abril, foi elaborado um questionário nº 1 (Q1) com cinco questões que foram aplicados às educadoras, com o objetivo de verificar o que conheciam realmente sobre a escola na qual trabalham, onde fiz uma análise que me ajudaria a direcionar minha pesquisa-ação. Posteriormente, no dia 10 de abril, foram enviados através alunos, os questionários nº 2 (Q2), para as famílias responderem, de modo que pudessem nos auxiliar em nossa caminhada. As famílias prontamente responderam, e a partir daí nós educadores, percebemos que para essa comunidade o mais importante é trabalhar com o coletivo, respeitando as dimensões da pessoa, devendo educar para transformar. Segundo o relato de uma família sobre o que é uma educação do campo

É uma educação que impulsiona e rompe com os limites da escola, uma educação que valorize os sujeitos em suas individualidades e desenvolvimento pleno. Uma educação que opte por práticas pedagógicas que desenvolva a autoestima, o diálogo, o respeito, a criatividade. Uma educação que esteja vinculada a um projeto maior, um projeto vinculado à luta pela transformação social. (PI, Q2, 2015).

Podemos ainda perceber que o PPP, apesar de ser feito há pouco tempo não retratou os anseios desse grupo de pessoas e os ensinamentos não são baseados na realidade dos educandos, isso não ocorria na prática da escola.

Considerando que as reuniões são mensais, e já previstas no calendário escolar conforme determinação da Secretaria Municipal de Educação Esporte e Cultura, e trazem muitas vezes pauta pré-estabelecida além das demandas da escola, tivemos que otimizar o tempo para conseguirmos avançar no trabalho.

Devido ao fato da escola contar apenas com duas professoras de 40 horas, conversamos em vários momentos, aonde iam sendo feitos apontamento em folhas avulsas sobre suas opiniões e preocupações em como melhorar a prática pedagógica. Elas se colocaram, no primeiro momento, solícitas, mas com bastantes

reservas, muitas dúvidas, e porque não dizer certa resistência, pois as educadoras não concordam com algumas práticas e ideologias do movimento do MST, sempre deixaram isso bem claro. Como a maioria dos nossos alunos são filhos de integrantes do movimento dos trabalhadores, eles cultuam práticas ligadas ao MST como seus pais, este passa a ser um aspecto que precisa ser considerado no desenvolvimento das relações entre professores, alunos e comunidade. Mas como estamos exercitando a gestão democrática, que é a prática reflexiva, a qual possibilita as discussões e exposições de opiniões, devemos promover a nossa caminhada de maneira mais dialogada possível.

Em nossas conversas, sempre anotadas em folhas avulsas, surgiu à dúvida *se deveríamos trabalhar levando como primeiro objetivo a realidade do aluno, ou não? Deveríamos mostrar todas as realidades, proporcionando todos os saberes, pois se nem todos possivelmente vão ficar no campo?* Diante disso, chegamos à conclusão que devemos sim, procurar novas práticas pedagógicas, para que possamos unir várias realidades, mas priorizando e enfatizando a realidade local.

Não que tenhamos que deixar de lado as práticas pedagógicas aprendidas, mas temos que constantemente rever e procurar trabalhar dentro do contexto em que atuamos no momento. Não podemos ignorar que o saber do sujeito do campo é baseado em experiências relevantes e que nós como educadoras devemos sim, aprender com esses sujeitos, para podermos melhorar a nossa prática docente, e enquanto seres humanos, desafiados a cada dia, promover o crescimento dos que fazem parte do nosso círculo de atuação profissional.

Como na escola atua uma supervisora, que está presente nas atividades duas vezes na semana, e justamente por estar cursando a licenciatura Educação do Campo – Habilitação em Ciências da Natureza, podemos conversar mais a respeito do tema, o que também beneficia essa profissional, pois ela pode pôr em prática seus aprendizados. Neste processo de unir teoria e prática foi lançada a ideia ao grupo; analisamos; concordamos; e colaboramos.

Ela trouxe relatos de experiências desenvolvidas em outras instituições de novas práticas educativas, como a *“docência compartilhada”*, onde ela atua conjuntamente com as professoras agregando outros saberes. A partir deste relato, as professoras mostraram-se interessadas, e manifestaram desejo de vivenciar esta organização, por entender que poderia qualificar a prática pedagógica. A título de experiência, foram vivenciadas em duas oportunidades este modo de trabalho. A

avaliação desta vivência foi bastante positiva sendo que os educandos participaram de forma entusiasmada e as professoras se mostraram dispostas e engajadas em fazer coisas novas.

Em outro momento, no dia 14 de abril estive na escola uma das professoras do curso de Licenciatura em Educação do Campo – Habilitação em Ciências da Natureza na UFRGS, para desenvolver uma atividade de formação sobre Educação no/do Campo. Nesta ocasião, além da atividade de formação ela apresentou em que consiste a proposta do Curso, que é específico sobre educação do campo. Apresentou um power point, fez dinâmicas com o grupo, provocou e desafiou a pensarmos de maneira diferente sobre nossas práticas docentes. Mostrou também que devemos e podemos buscar novas formas de aprendizagem e de como relacionar os conteúdos com a nossa realidade local e de grande importância para a aprendizagem dos alunos. Quanto mais pensamos na educação do campo, mais percebemos que a problemática do trabalhar a realidade se instala em qualquer escola, mas que estar numa escola do campo requer conhecimentos específicos, e ações voltadas para fazer com que as crianças do campo, saibam que a educação de qualidade se dá em qualquer ambiente. Cabe a nós saber aproveitar todas as situações de aprendizagem, e termos noção de que podemos sim, estabelecer relações de troca em todos os momentos.

A LDB de 1996 reconhece, em seus artigos 3º, 23, 27 e 61, a diversidade sociocultural e o direito à igualdade e diferença, possibilitando a definição de diretrizes para a educação do campo, mas ainda os poderes públicos não aplicam na sua integralidade, todas as possibilidades para que se tenha um ensino do campo, que realmente seja condizente com a realidade atual.

Somente as diretrizes e as bases da educação nacional não tem o poder de transformar o modo, que as partes envolvidas com a educação vejam a premente necessidade de melhorar as formações para os docentes e que a formação continuada e específica seja uma exigência para que os trabalhadores em educação não se acomodem e se conscientizem que estamos em constante transformação individual e coletiva.

No dia 19 de maio, aproveitamos a reunião que tínhamos, além de tratarmos assuntos administrativos e pedagógicos, boa parte do dia foi utilizada para estudo, com diferentes leituras e discussões sobre a educação no/do campo. Foi bem

produtivo, pois quando temos a possibilidade de trocar ideias e experiências, podemos mudar nossa maneira do fazer pedagógico.

Após fazermos várias análises, decidimos começar a trabalhar com eixos temáticos, trimestrais, pois acreditamos que ficará mais simples contextualizar os conteúdos e assim, fazer com que os alunos percebam que todos os assuntos são interligados, que nada se aprende isoladamente. Estamos trabalhando com projetos e pouco a pouco vamos estabelecendo novas maneiras de abordar temas que são simples, mas que podem possibilitar uma nova aprendizagem.

Constatamos com a pesquisa-ação que precisamos conhecer as especificidades da escola que estamos atuando. Não basta nossos conhecimentos aprendidos na faculdade, se não tivermos desejo de fazer parte efetivamente da comunidade que estamos ajudando a crescer intelectualmente. Não podemos pensar na nossa comodidade, devemos caminhar junto com nossos educandos.

A nossa Secretaria de Educação, está tentando a passos lentos promover mudanças significativas no processo educacional das Escolas do Campo, incentivando os docentes que queiram fazer formação na área, mas as escolas estão também de maneira lenta realizando atividades direcionadas para o seu contexto educacional de uma educação que tenha sim a pretensão de promover mudanças significativas, que não fique só nos documentos do Ministério da Educação, que todos tenham a possibilidade de conhecimento e de escolha, para atuar nestas escolas, que exigem conhecimentos específicos e respeito aos povos do campo que a muito tempo são deixados em segundo plano nas políticas públicas de educação.

5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Ao concluir este trabalho percebo a necessidade de compartilhar algumas reflexões sobre o significado que teve a construção do Projeto de Intervenção que teve por base metodológica a pesquisa-ação e seguiu os princípios da gestão democrática.

Quando me desafiei a cursar a especialização pela Escola de Gestores, esperava que iria aprender a gerir um estabelecimento de ensino dentro de preceitos administrativos. Logo nos primeiros textos, entendi o que iria aprender era para ter habilitação para partilhar e construir uma gestão para propiciar efetivamente que a escola seja democrática. Falamos muito em democracia, mas não a praticamos na sua essência, e agora me sinto apta para transformar, cometendo menos erros, pois consegui claramente entender que a gestão democrática de uma escola, é construída lentamente com muitas idas e vindas, que sempre teremos dificuldades, em alguns momentos encontraremos parcerias e em outros não. Respeitar a individualidade faz toda a diferença, para podermos avançar coletivamente.

Considerando que no decorrer de minha trajetória no curso, houve mudança de escola e de realidade, saí de uma escola com mais de 600 alunos, onde meu foco era a indisciplina, foco este que se fazia muito urgente nessa escola. Fui para uma escola com menos de 50 alunos, que vai até o 5º ano, localizada numa zona rural, em um assentamento. Fato esse que a princípio pareceu-me que encontraria algumas dificuldades, pois temos **pré-conceitos** e isso muitas vezes atrapalha o desenvolver de um trabalho.

Embora ainda estejamos no início do processo de transformação, acredito que muita coisa já está mudando para melhor. Iniciamos o processo de democratização da gestão, elegendo no mês junho os Conselhos Escolares, sendo que breve terá a eleição para diretor. O que ainda está difícil é o resgate das famílias para dentro da escola. É trabalhoso instigar suas participações na escola, pois eles não se sentem parte integrante do processo educacional, fazendo com isso, que em muitos momentos nem mesmo os profissionais da educação acreditem na transformação, na participação, na importância do trabalho coletivo para que possa alcançar os objetivos traçados.

Nós, que estamos trabalhando nessa escola, que está dentro de um assentamento, temos a obrigação de conhecermos um pouco da história, das lutas, necessidades dessa comunidade, temos que tentar contribuir para que essa comunidade consiga cada vez mais melhorias no seu meio social. Isso não quer dizer, que tenhamos que concordar com suas ideologias, mas sim respeitar e procurar fazer um trabalho docente e de gestora que se aproxime de sua realidade, que possamos trazer as famílias para a escola, realmente acreditando que só a participação deles é que vai fortalecer a educação de seus filhos, tornando nosso trabalho mais forte e confiante numa educação realmente emancipadora.

Já em na fase final do meu trabalho, agora no mês de outubro, o município de Nova Santa Rita, criou a Lei nº 1265/15 que regulamenta o artigo da lei Orgânica Municipal criando o sistema de eleições diretas para *indicação* dos diretores e vice-diretores das Escolas da rede municipal de ensino. Era o que os docentes esperavam há várias administrações que isso viesse a acontecer. Porém o fato de *indicação e não eleição direta vem* gerando muitas expectativas e também muitas dúvidas. Acredita-se que ao indicar o gestor, a comunidade, está exercendo seus direitos de participação, mas isso não nos dá segurança de que realmente a “*Gestão Democrática*” enfim se materialize.

Mas mesmo assim essa *indicação* é um passo importante para que as coisas comecem a serem partilhadas dentro das instituições escolares. Precisamos mais do que nunca pensar que somente a parceria e o desejo de mudanças, não basta, é preciso um envolvimento real de toda a comunidade escolar, para que tudo, que vem a ser para o crescimento educacional, possa ser socializado com todos, partilhando igualmente as responsabilidades de gerir uma escola.

Quando pensei em desenvolver o Projeto de Intervenção, tive plena convicção de que era o que mais poderia me fazer crescer, o que iria me propiciar grandes reflexões e muitos conhecimentos a respeito de uma problemática que há muitos anos as pessoas vem exigindo, transformação do modo de fazer educação no/do campo.

No início fiquei um tanto apreensiva, pois não tinha ideia por onde começar e no que poderia contribuir para melhorar a educação numa escola tão pequena. Com o passar do tempo percebi que o tamanho é o que pouco importa, podendo trazer benefícios ou não para o nosso trabalho, dependendo dos objetivos que queremos alcançar.

Para o meu trabalho como gestora, e até de docente, essa pesquisa-ação me fez ver que podemos transformar sim, que é através de pequenos atos, que podemos superar até mesmo as nossas dificuldades pessoais. Claro que tudo isso requer muito sacrifício, persistência e certa dose de querer fazer a diferença, mesmo que seja por poucos momentos, mas que o nosso trabalho seja marcante, que possamos enfrentar todos os desafios, sabendo que o nosso caminhar é único e de acordo com nossas crenças de querer aprender e ensinar sempre.

Esse trabalho contribuiu muito para a construção de novos caminhos na minha prática como professora, e como gestora, pois embora a gestão seja transitória, me possibilitou a oportunidade de ouvir mais, e analisar de maneira não só crítica, mas que fez com que eu fosse em busca de maiores esclarecimentos, aproveitando todo o tempo para refletir sobre as novas descobertas.

Continuarei a promover a participação das famílias na escola, procurando trabalhar mais próximo dos interesses deles, pois acredito que um dos grandes empecilhos para que isso ocorra, é o fato de nós educadores não nos aproximarmos de sua cultura, não nos interessarmos por seus anseios e não participar efetivamente da vida da sua comunidade.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzales. **Educação básica e movimento social do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

AZEVEDO, Elder dos Santos; MENDONÇA, Marcela Paula de. **Democracia e cotidiano escolar: a escola como possibilidade de participação**. Texto da Biblioteca do Curso de Especialização da Escola de Gestores, da Sala Ambiente Planejamento e Práticas da Gestão Escolar. Disponível em: <http://escolabompastor.weebly.com/uploads/1/2/5/7/12579111/democracia_e_cotidiano_escolar_-_a_escola_como_posibilidade_de_participacao.pdf> Acesso em: 06.out.2015.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, de 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm> Acesso em: 06.out.2015.

_____. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional – LDBEN de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm > Acesso em: 06.out.2015.

_____. **Educação do Campo: marcos normativos**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI. 2012. Disponível em: <http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_educ_campo.pdf> Acesso em: 06.Out.2015.

_____. **Educação no Campo**. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2004.

CALDART, Roseli. **Pedagogia do movimento sem-terra**. Petrópolis: Vozes. 2001.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A gestão democrática na escola e o direito à educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. ANPAE. v. 23, n. 3, 2007.

_____. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. In: **Cadernos de pesquisa**. nº 116, p. 245-262, 2002. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/cp/n116/14405.pdf> > Acesso em: 07.out.2015.

_____. Gestão democrática da educação pública. In: **Gestão democrática da educação**. Programa Salto Para o Futuro. Boletim 19, outubro/2005. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ppi/lib/exe/fetch.php?media=textos:03_gestao_democratica_textos.pdf> Acesso em: 07.out.2015.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Pedagogia da Pesquisa-Ação. Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 483-502, set./dez. 2005.

GALINA Irene de Fátima ; CARBELLO, Sandra Regina Cassol. **Instâncias Colegiadas: espaços de Participação na Gestão Democrática da Escola Pública**. Material Pedagógico produzido no PDE. Maringá, 2007. Disponível em: <www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1090-4.pdf> Acesso em: 04 jan.2015.

GANDIN, Danilo. **Planejamento Como Prática Educativa**. 10.ed. São Paulo: Loyola, 1999.

MST. Caderno de Educação nº 06 – **Como fazer a escola que queremos**. 1995.

_____. Caderno de Educação nº 08 – **Princípios da Educação**. 1996.

_____. Cadernos Temáticos – **Educação do Campo**. 2005.

OLIVEIRA, Maria Edilara Batista de, **Terra, trabalho e escola: a luta do MST por uma educação do/no campo na Paraíba**, 2008.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática na escola pública**. Ed. Ática, 3. ed., 2012.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Como fazer pesquisa-ação?** s.d. Texto da Biblioteca do Curso de Especialização da Escola de Gestores, da Sala Ambiente Projeto Vivencial.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. A escola em debate: gestão, projeto político-pedagógico e avaliação. **Retratos da Escola**. Brasília: CNTE, v. 7, n. 12, p. 159-166, jan./jun. 2013. Disponível em:

< <http://www.esforce.org.br/index.php/semestral/article/view/270>> Acesso em: 12.out.2015.

_____. Projeto Político-Pedagógico e gestão democrática: novos marcos para a educação de qualidade. **Retratos da Escola**. Brasília: CNTE, v. 3, n. 4, p.163-171, 2009. Disponível em:

<<http://www.esforce.org.br/index.php/semestral/article/view/109>> Acesso em: 12.out.2015.

ANEXOS

ANEXO A – ATA DE FORMAÇÃO DOS PROFESSORES

ANEXO B - FOTOS



Foto do curso de formação sobre Educação no/do Campo – Professora UFRGS



Foto do curso de formação sobre Educação no/do Campo – Professora UFRGS



Foto do curso de
formação sobre
Educação no/do
Campo
Professora - UFRGS

FOTOS REUNIÃO PEDAGÓGICA COM AS EDUCADORAS DA ESCOLA



APÊNDICE

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIOS PROJETO DE INTERVENÇÃO

I - QUESTIONÁRIO EDUCADORAS

- 01 – O que você acredita ser uma educação do campo?
- 02 – Você acha necessário o educador ter formação diferenciada para trabalhar em escolas do campo?
- 03 – O currículo das escolas do campo deve ser o mesmo das escolas urbanas?
- 04 – Qual a formação específica necessária para o educador do campo?
- 05 - Que caminhos queremos trilhar?

II - QUESTIONÁRIO FAMÍLIAS

- 01 – O que você acredita ser uma escola do campo?
- 02 – Quais as ações necessárias para realmente se ter uma escola do campo?
- 03 – Você acha necessário o educador ter formação diferenciada para trabalhar nas escolas do campo? Por quê?
- 04 – Quais caminhos queremos trilhar?
- 05 – Qual o significado dessa escola para você?